



O Joio e O Trigo

INDÚSTRIA DA FUMAÇA

Deputado vice-líder de Bolsonaro confessa ter “combinado” com Onyx extinção de colegiado antitabaco

15.02.22 | Maíra Mathias

COMPARTILHAR



Vídeo revela trama entre parlamentar Marcelo Moraes (PTB-RS) e ministro para violar tratado internacional

Ligado aos interesses da indústria do fumo, o deputado federal Marcelo Moraes (PTB-RS) admitiu, em vídeo, ter participado de uma articulação para dar fim à Conicq, a Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

Moraes afirmou ter sido “uma das pessoas que promoveu uma reunião, logo no início do governo, para que houvesse a extinção” da instância governamental que, há 18 anos, tem sido chave para a política de controle do tabagismo no Brasil.

Utilizamos cookies e coletamos alguns dados para garantir a melhor experiência possível com nosso conteúdo e programas. Para continuar, você deve aceitar nossa política de privacidade.

Aceitar

Política de privacidade



Segundo ele, que é um dos vice-líderes do governo Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados, esse “movimento” contou com o auxílio de Onyx Lorenzoni, atual ministro do Trabalho e Previdência.

▶ “O Onyx estava na Segov [Secretaria de Governo], tá? E nós lá combinamos, então, a extinção da Conicq – que foi extinta naquele momento”, disse Moraes.

O momento ao qual o deputado se refere é 11 de abril de 2019, quando Bolsonaro e Onyx assinaram um decreto (nº 9.759) com a intenção de dar fim a todos os colegiados que, como a Conicq, são ligados à administração pública federal.

Dias depois da publicação do decreto, o presidente retuitou um perfil chamado República de Curitiba, que dizia que a medida acabava com os “soviets do PT”. O próprio Bolsonaro escreveu que o decreto reduziria o “poder de entidades aparelhadas politicamente usando nomes bonitos para impor suas vontades”.

Gigantesca economia, desburocratização e redução do poder de entidades aparelhadas politicamente usando nomes bonitos para impor suas vontades, ignorando a lei e atrapalhando propositalmente o desenvolvimento do Brasil, não se importando com as reais necessidades da população.

[Translate Tweet](#)



Republica de Curitiba @republica_ctba · Apr 13, 2019

Bolsonaro assina decreto que deve acabar com os “soviets” do PT
republicadecuritiba.net/2019/04/13/bol...

11:55 AM · Apr 14, 2019 · Twitter for iPhone

Coincidência ou não, Marcelo Moraes afirma no vídeo que levou a Onyx “fotos e evidências do pessoal que estava à frente deste movimento da Conicq agarrado lá com o Jean Wyllys [ex-deputado federal pelo PSOL, hoje no PT], com o movimento do Fora Bolsonaro, esse tipo de coisa”.

Ao contrário de outros colegiados, que têm participação da sociedade civil, a Conicq é composta apenas por membros do governo, indicados por ministérios e Anvisa.

Quando o decreto foi editado, Onyx era ministro da Casa Civil, cargo que desempenhou até 14 de fevereiro de 2020.

Ele nunca ocupou a Segov, como Moraes disse. Mas o engano em relação aos cargos de Onyx é compreensível: já foram quatro diferentes desde o início do governo.

“Novamente, o ministro Onyx entrou em ação”

O relato de Moraes dá mostras de que a atuação de Onyx não se restringiu à edição do decreto.

“Houve uma tentativa, um tempo atrás, de recriar a Conicq”, disse ele, se referindo ao processo administrativo aberto em maio de 2019 pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca), órgão ligado ao Ministério da Saúde que toca o dia a dia da comissão.

“Naquele momento, novamente o ministro Onyx entrou em ação”, afirmou Moraes no vídeo.

▶ “O Onyx fez uma movimentação para tentar terminar com essa recriação da Conicq”, disse o deputado, reforçando que ▶

Utilizamos cookies e coletamos alguns dados para garantir a melhor experiência possível com nosso conteúdo e programas. Para continuar, você deve aceitar nossa política de privacidade.

Aceitar

Política de privacidade



O vídeo da reunião foi obtido pelo Joio via Lei de Acesso à Informação (LAI).

Onyx foi procurado para comentar as declarações de Moraes, através da assessoria de comunicação do Ministério do Trabalho e Previdência. A pasta comandada por ele não respondeu até o fechamento da reportagem.

Agente duplo

A atuação de Marcelo Moraes não é a única coisa que chama a atenção nesse vídeo.

Nelson de Andrade Junior, atualmente chefe de gabinete da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Mapa, também aparece tramando contra a Conicq.

Ele se oferece para buscar argumentos para “barrar, boicotar ou, enfim, fazer todo o tipo de ação” contra a Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

Andrade Junior está numa posição privilegiada para tal, já que representa o Mapa na comissão desde abril de 2019.

Em 9 de setembro do ano passado, quase um mês depois dessa reunião, ele assinou um documento da Conicq declarando não ter conflito de interesses, nem ligação com a indústria do fumo.

No documento, obtido pelo Joio via LAI, ele nega ter ou ter tido nos quatro anos anteriores emprego ou outro tipo de relação com entidade envolvida na produção, manufatura, distribuição ou venda de produtos de tabaco.



DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

A Organização Mundial da Saúde (OMS) na realização de trabalhos que envolvam expertise externos à instituição tem como preceito solicitar o preenchimento de um formulário denominado "Declaração de Conflito de Interesse". A própria OMS recomenda a adoção de tal procedimento, que inclusive, está em consonância com o disposto no art. 5.3 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

Artigo 5

Obrigações Gerais

3. As autoridades e implementar suas políticas de saúde pública relativas ao controle do tabaco, as Partes agirão para proteger essas políticas dos interesses comerciais ou outros interesses garantidos para a indústria do tabaco, em conformidade com a legislação nacional.

Dessa forma, tornam-se necessárias a adoção de medidas para assegurar que o processo de controle do tabagismo aconteça numa atmosfera livre de pressões, tanto direta como indiretas. Assim, para garantir a integridade e imparcialidade dos trabalhos que estamos desenvolvendo, é necessário evitar situações nas quais interesses conflitantes aos objetivos do controle do tabagismo possam afetar as atividades desenvolvidas para esse fim.

Para tanto, solicitamos que todos os integrantes da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos declarem qualquer relação ou atividade que possam constituir conflitos de interesses reais, potenciais ou aparentes, em relação aos trabalhos que serão desenvolvidos por esta Comissão. Esta solicitação está em consonância com o Rendimento da Comissão (Portaria do MS no. 1030/2011).

Consideram-se "entidades comerciais" qualquer companhia, associação, organização ou entidade de qualquer natureza, cujas atividades envolvam interesses de expansão do consumo do tabaco. Além disso, como o objetivo da Comissão é controlar o tabagismo, torna-se relevante que o participante declare se tem, ou já teve, qualquer relação com o "setor tabaco" (incluindo fabricantes, distribuidores atacadistas, importadores de produtos de tabaco, associações de produtores, sindicatos ligados à indústria do tabaco, etc).

O que é considerado

Conflito de interesse: tenha relação pessoal ou profissional com o posicionamento do Um aparente conflito influencia o declarado

Os conflitos de interesse são:

- (1) Entidades comerciais
- (2) Entidades comerciais de emprego

A lista abaixo exerce influência nos quais subordinado, possui Por exemplo, os se

1. um atual ou ex-comercial li
2. um atual ou ex-comercial li
3. o atual ou ex-comercial li
4. pagamento, uma entidade nenhuma be

Como completar a Declaração de Conflito de Interesse? Secretaria Executiva 303, Centro - Rio de Janeiro - RJ. O formulário deve ser preenchido e assinado. Somente o declarante. A Declaração deve ser enviada por e-mail para: conicq@mapa.gov.br

• • • •


A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, palco das declarações de Moraes e Andrade Junior, é composta por entidades como SindiTabaco e Abifumo que representam as multinacionais que dominam o ramo, caso de empresas como British American Tobacco

Utilizamos cookies e coletamos alguns dados para garantir a melhor experiência possível com nosso conteúdo e programas. Para continuar, você deve aceitar nossa política de privacidade.

Acceptar Política de privacidade



De acordo com a AGU, a comissão tem atribuições citadas no decreto que formalizou, em 2006, a adesão do Brasil à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Esse decreto tem *status* de lei porque os tratados internacionais são incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro desta forma.


ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
 CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE
 COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS DE SAÚDE E ATOS NORMATIVOS

PARECER n. 00559/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU

NUP: 25410.009424/2021-71
INTERESSADOS: SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO
ASSUNTO: Consulta sobre a vigência do Decreto nº 6.121 de agosto de 2006, que criou a "Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos".

EMENTA: CONSULTA ACERCA DA VIGÊNCIA DO DECRETO Nº 6.121 DE AGOSTO DE 2006, QUE CRIOU A "COMISSÃO NACIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO E DE SEUS PROTOCOLOS". ANÁLISE JURÍDICA.

I - A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco - CQCT foi promulgada pelo Presidente da República no Decreto nº 5.658, de 2 de janeiro de 2006.

II - Como regra geral, os tratados e convenções internacionais são incorporados ao direito interno com status de lei ordinária e estão sujeitos ao contrato de constitucionalidade, bem como possui eficácia revogatória em relação as normas anteriores de mesma hierarquia que sejam com elas incompatíveis.

III - A decisão cancelar proferida no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.121 suspendeu a eficácia do § 2 do artigo 1º do Decreto nº 5.759/2019, diante da inconstitucionalidade de ato unilateral do Chefe do Executivo estinguir colegiada cuja existência encontra menção em lei em sentido formal.

IV - Considerando o compromisso assumido pelo Brasil, o status de lei ordinária da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco - CQCT e que a Comissão Nacional é um verdadeiro mecanismo de coordenação nacional para controle do tabaco, previsto em seu art. 9º, é possível concluir que a sua existência e as suas competências decorrem de lei formal e, portanto, ficam afastadas as disposições do Decreto nº 5.759/2019.

V - Restrição do fato à área consultiva, para ciência deste opinativo e adoção das providências que entender cabíveis.

I - RELATÓRIO

1. Vem a esta Consultoria Nacional para Implementação (SAES/MS), em que pugna pela análise da Comissão Nacional para Implementação.

2. Deentre outros docuz a) Requerimento SE- b) Despacho SE-CO

3. O Requerimento da Quadro para o Controle do Tabaco consulta e, ao final, apresenta os seguintes itens:

- Pelo periti
- 1. TI
- Inco
- ques
- vigo
- 2. E
- Exec
- os: b
- Cue
- Prot
- insp
- 3. C
- ave
- da pt
- 4. N
- Decr
- Cue
- pos
- Min

4. Em 13/07/2021, os jurídica.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

a) Considerações preliminares

5. Inicialmente, cabe à Advocacia-Geral da União, naquilo que

*Art
Esta
Chel
1 – g

1 of 8
30/07/2021 15:04
2 of 8

1 / 8

Porém, àquela altura, os integrantes da Câmara Setorial do Tabaco não sabiam desse parecer da AGU.

Marcelo Moraes cobrou: “A gente tinha que ter aí por parte de vocês, Nelson, a informação se, primeiro, eles continuam se reunindo de forma não oficial ou se, de fato, o governo os reconhece”.

“Deputado, eu acho que está correto”, concordou Nelson de Andrade Junior – que, mais tarde na reunião, reforçaria: “Da minha parte ok, deputado. Vou fazer o levantamento das informações todas”.

O Ministério da Agricultura foi procurado para comentar a atuação de Andrade Junior, mas não respondeu.

Tratado traz obrigações para o Brasil

Na avaliação de Adriana Carvalho, advogada especializada em litígios contra a indústria do tabaco e diretora jurídica da ONG ACT Promoção da Saúde, a atuação de Moraes e Andrade Junior vai na contramão das obrigações assumidas pelo Brasil diante da Convenção-Quadro.

“Estamos falando de um tratado internacional que foi ratificado pelo país, que assumiu obrigações. A partir daí, o controle do tabagismo se tornou uma política de Estado, não de governo. E quando eu falo Estado, me refiro a todas as esferas: Executivo, Legislativo e Judiciário”, analisa.

Segundo ela, uma das obrigações da Convenção é que cada país tenha uma estrutura de coordenação nacional das políticas de

Utilizamos cookies e coletamos alguns dados para garantir a melhor experiência possível com nosso conteúdo e programas. Para continuar, você deve aceitar nossa política de privacidade.

Aceitar

Política de privacidade



na Convenção Quadro da Organização Mundial da Saúde para o Controle do Tabaco que aconteceu dois meses depois da gravação, em novembro de 2021.

A ideia era que uma caravana da indústria do fumo, composta por lobistas e parlamentares, se reunisse com o ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto França – que nas palavras de Moraes ► “é aberto, é parceiro, é muito gente boa” –, com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e também com Onyx Lorenzoni.

“Primeiro, porque [Onyx] está em uma posição estratégica e, segundo, porque é gaúcho, conhece a realidade do tabaco e a importância que tem nas exportações do Rio Grande do Sul”, explicou.

Onyx recebeu a comitiva em 25 de agosto. Esse encontro não consta de sua agenda oficial.

Já a costura junto ao Itamaraty e ao Mapa tinha um objetivo: tirar o Ministério da Saúde (MS) da jogada – ou facilitar as coisas para que o ministro da Saúde Marcelo Queiroga atuasse em tabelinha com a indústria do fumo.

► “Se a gente for no Ministério da Saúde, o ministério não tem como publicamente dizer que é a favor [da cadeia produtiva do tabaco]... Ele nem pode fazer isso”, ponderou Moraes.

► “Porém, se a gente fizer um outro caminho e conseguir conversar com o Ministério das Relações Exteriores – com o França – e também com a ministra Tereza Cristina, do Ministério da Agricultura, daqui a pouco a gente começa a fazer um caminho em paralelo e faz com que o Ministério da Saúde não se comprometa, mas, ao mesmo tempo, tome a linha desses outros dois ministérios”, expôs o deputado federal.

Para essa bateria de reuniões, Moraes propôs chamar outros parlamentares da bancada do fumo. “Vamos convidar o Alceu [Moreira, MDB-RS], o Heitor Schuch [PSB-RS], o [Luis Carlos] Heinze e vamos dividir tarefas, galera!”

Em 17 de setembro, o senador Luis Carlos Heinze (Progressistas-RS) foi recebido pelo chanceler França.

A assessoria do Itamaraty não respondeu ao pedido de comentário da reportagem.

Como o Joio relatou, a estratégia de Marcelo Moraes deu certo até a página 2.

Os técnicos do Inca que atuam na Conicq foram retirados da delegação brasileira da COP 9 pelo Ministério da Saúde a poucas horas do início da conferência.

Fontes relataram ao Joio que a pasta justificou essa decisão argumentando que era preciso ‘perder agora para ganhar lá na frente’, numa menção implícita à pressão da indústria do fumo.

A costura pretendida por Moraes com o Itamaraty, no entanto, parece não ter dado frutos.

Os diplomatas que lideraram a delegação brasileira seguiram à risca o documento preparado pela Conicq, com orientações sobre posições do Brasil em relação aos temas debatidos na COP 9.

Procurado para comentar, o Ministério da Saúde respondeu que o tema é atribuição do Inca. O Inca, que também havia sido procurado, preferiu não se manifestar.

Utilizamos cookies e coletamos alguns dados para garantir a melhor experiência possível com nosso conteúdo e programas. Para continuar, você deve aceitar nossa política de privacidade.

Aceitar

Política de privacidade



Moraes vem de uma família com longa ficha de serviços prestados à indústria. O mais conhecido do clã é o pai, Sérgio Moraes (PTB-RS), que ao longo de três mandatos na Câmara dos Deputados atuou em defesa das empresas de fumo.

O curral eleitoral da família é a região do Vale do Rio Pardo, onde se concentra a maior parte da produção de tabaco do Brasil. Marcelo Moraes não respondeu ao pedido de comentário do Joio.



Maíra Mathias

#cigarro

#Conicq

#convenção-quadro

#lobby

#tabaco

MATÉRIAS RELACIONADAS



Plantar comida em vez de tabaco: por que essa troca é tão difícil?

Redação 19.01.23



Como vivem os plantadores de fumo de rolo em Alagoas

Redação 18.01.23



Nicotina washing? A tentativa de reabilitação da nicotina pela indústria do fumo

Redação 14.12.22

Seja a água do nosso feijão

Nos ajude a continuar separando o joio do trigo. Contribua com o jornalismo independente.

CONTRIBUIR

Canal de denúncias

Desde 2017 o Joio traz à superfície histórias sobre os figurões do mundo da alimentação. Nenhuma delas existiria sem a colaboração de fontes, anônimas ou não.

DENUNCIAR

Inscreva-se em nossa newsletter

Receba toda semana notícias atualizadas

Email

CONFIRMAR

Utilizamos cookies e coletamos alguns dados para garantir a melhor experiência possível com nosso conteúdo e programas. Para continuar, você deve aceitar nossa política de privacidade.

Aceitar

Política de privacidade